

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 04.451.926/0001-54  
Belo Horizonte - MG

# Horizontes Energia S.A.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas,

A Horizontes Energia S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$39.258 mil, dividido em 39.257.563 (Trinta e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e sessenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

### DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

#### Resultado do Exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$10.615 mil em 2016 em comparação a R\$5.795 mil em 2015, representando um crescimento de 83,18%. Este resultado decorre, principalmente, da redução nos custos com energia elétrica comprada para revenda.

#### Receita Operacional

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$20.572 mil em 2016 em comparação a R\$23.372 mil em 2015, representando uma redução de 11,98% decorrente, principalmente, da redução de 9,29% no preço médio/MWh (R\$283,24 em 2016 e R\$312,26 em 2015).

#### Custos e Despesas Operacionais

Os custos operacionais foram de R\$8.310 mil em 2016, comparados a R\$14.842 mil em 2015, o que representou uma redução de 44,01%, decorrente, principalmente, do menor gasto com compra de energia no mercado de curto prazo.

#### Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2016, a Companhia apurou despesas no montante de R\$2.133 mil, referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 16,73% do lucro antes da tributação. Comparativamente ao mesmo período em 2015, a Companhia apurou despesas no montante de R\$2.249 mil, representando 27,96%.

#### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA de 2016 foi de R\$11.585 mil (R\$6.860 mil em 2015) e a Margem do LAJIDA foi de 68,88% em 2016 (37,43% em 2015), conforme demonstrado a seguir (em milhares de reais):

	2016	2015	Var. %
<b>Resultado Líquido</b>	10.615	5.795	83,18
+ Despesa de IR e CS	2.133	2.249	(5,16)
+ Resultado Financeiro	(4.469)	(4.560)	(2,00)
+ Depreciação	3.306	3.376	(2,07)
<b>LAJIDA</b>	<b>11.585</b>	<b>6.860</b>	<b>68,88</b>

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

### PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 2017 que, ao resultado do exercício de 2016, no montante de R\$10.615 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$531 mil correspondente a 5,00% do lucro líquido do exercício seja utilizado na constituição da Reserva Legal;
- R\$2.521 mil referentes a dividendos mínimos obrigatórios; e,
- R\$7.563 mil para pagamento de dividendos adicionais.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Horizontes Energia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, e, em especial, à dedicação dos empregados dos acionistas controladores.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	ATIVO		
	Nota	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	3	6.339	6.177
Títulos e Valores Mobiliários .....	4	13.941	28.470
Concessionárias e Permissionárias .....	5	3.354	3.739
Tributos Compensáveis.....	7	35	18
Outros Créditos .....		-	250
<b>TOTAL DO CIRCULANTE .....</b>		<b>23.669</b>	<b>38.654</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e Valores Mobiliários.....	4	626	562
Depósitos Vinculados a Litígios.....	6	1.131	1.013
Imobilizado .....	9	33.538	35.370
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE .....</b>		<b>35.295</b>	<b>36.945</b>
<b>ATIVO TOTAL .....</b>		<b>58.964</b>	<b>75.599</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto o resultado por lote de mil ações)

	Nota	2016	2015
<b>RECEITA</b>	<b>15</b>	<b>16.589</b>	<b>18.326</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>			
<b>CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda .....		(715)	(5.047)
Encargos de Distribuição .....		(81)	(72)
		<b>(796)</b>	<b>(5.119)</b>
<b>CUSTOS DE OPERAÇÃO</b>			
Materiais.....		(54)	(35)
Serviços de Terceiros .....		(3.785)	(3.837)
Provisões Operacionais .....		-	(2.247)
Depreciação e Amortização .....		(3.306)	(3.376)
		<b>(7.145)</b>	<b>(9.495)</b>
<b>CUSTO TOTAL .....</b>		<b>(7.941)</b>	<b>(14.614)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>8.648</b>	<b>3.712</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas Gerais e Administrativas .....	16	(284)	(110)
Outras Despesas Operacionais .....		(85)	(118)
		<b>(369)</b>	<b>(228)</b>
<b>Lucro Operacional</b>		<b>8.279</b>	<b>3.484</b>
Receitas Financeiras .....	17	4.481	4.568
Despesas Financeiras .....	17	(12)	(8)
		<b>4.469</b>	<b>4.560</b>
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>		<b>12.748</b>	<b>8.044</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente.....	18	(2.853)	(1.693)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	18	720	(556)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>10.615</b>	<b>5.795</b>
<b>RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES</b>		<b>270,39</b>	<b>90,18</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	10.615	5.795
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>10.615</b>	<b>5.795</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto os dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reserva de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção Lucro		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>64.258</b>	<b>4.081</b>	<b>370</b>	-	<b>68.709</b>
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos (R\$5,76 por lote de mil ações) .....	-	-	(370)	-	(370)
Resultado do Exercício .....	-	-	-	5.795	5.795
<b>Destinação do Lucro Proposta à AGO:</b>					
Constituição de Reserva Legal .....	-	290	-	(290)	-
Dividendos Intermediários (R\$55,95 por lote de mil ações) .....	-	-	-	(3.595)	(3.595)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$29,72 por lote de mil ações) .....	-	-	1.910	(1.910)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>64.258</b>	<b>4.371</b>	<b>1.910</b>	-	<b>70.539</b>
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos (R\$48,65 por lote de mil ações) .....	-	-	(1.910)	-	(1.910)
Redução de Capital .....	(25.000)	-	-	-	(25.000)
Resultado do Exercício .....	-	-	-	10.615	10.615
<b>Destinação do Lucro Proposta à AGO:</b>					
Constituição de Reserva Legal .....	-	531	-	(531)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios (R\$66,74 por lote de mil ações) .....	-	-	-	(2.521)	(2.521)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$200,24 por lote de mil ações) .....	-	-	7.563	(7.563)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>39.258</b>	<b>4.902</b>	<b>7.563</b>	-	<b>51.723</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Horizontes Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG" ou "Controladora"), constituída em 6 de abril de 2001, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia tem por objetivo a geração e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, mediante a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais; Salto Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina, além da comercialização de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

Os prazos de concessão das referidas usinas são como segue:

USINA	Prazo de Concessão
Salto do Paraopeba <sup>(1)</sup>	04/10/2030
Machado Mineiro	08/07/2025
Salto Passo Velho	04/10/2030
Salto Voltão <sup>(2)</sup>	04/10/2030

<sup>(1)</sup> A Usina encontra-se indisponível para operação. O projeto básico de repotenciação está em fase de análise de viabilidade econômica.

<sup>(2)</sup> Aprovado projeto de revitalização da Usina.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

##### 2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 08 de junho de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia aprovou e autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

	PASSIVO		
	Nota	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores .....	10	1.920	1.997
Tributos .....	12a e 12b	610	918
Dividendos .....		2.521	-
Encargos Setoriais .....		3	3
Outras Obrigações.....	19	658	10
<b>TOTAL DO CIRCULANTE .....</b>		<b>5.712</b>	<b>2.928</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos .....	12a	1.139	1.022
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos .....	13	390	1.110
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE .....</b>		<b>1.529</b>	<b>2.132</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO .....</b>		<b>7.241</b>	<b>5.060</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital Social .....	14	39.258	64.258
Reservas de Lucros .....		12.465	6.281
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....</b>		<b>51.723</b>	<b>70.539</b>
<b>PASSIVO TOTAL .....</b>		<b>58.964</b>	<b>75.599</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do Exercício .....	10.615	5.795
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Depreciação e Amortização .....	3.306	3.376
Provisões Operacionais .....	-	2.247
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro .....	(4.479)	(4.372)
Baixas Líquidas de Imobilizado .....	-	355
Tributos .....	2.133	2.249
	11.575	9.650
(Aumento) Redução de Ativos Consumidores, Concessionárias e Permissionárias .....	385	(1.769)
Tributos Compensáveis .....	(17)	180
Depósitos Judiciais e Cauções .....	(118)	(147)
Outros Créditos .....	250	(250)
	500	(1.986)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores .....	(77)	(699)
Tributos .....	(55)	(378)
IR e CS a pagar .....	(308)	-
Outras Obrigações .....	648	5
	208	(1.072)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais .....	12.283	6.592
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos .....	(2.681)	(950)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>9.602</b>	<b>5.642</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Títulos e Valores Mobiliários .....	18.944	775
Imobilizado .....	(1.474)	(1.049)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>17.470</b>	<b>(274)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Redução de Capital .....	(25.000)	-
Dividendos pagos .....	(1.910)	(4.089)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(26.910)</b>	<b>(4.089)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>162</b>	<b>1.279</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do exercício .....	6.177	4.898
No fim do exercício .....	6.339	6.177
	<b>162</b>	<b>1.279</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- Nota 5 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Contas a receber não faturado;
- Nota 8 – Provisão para ativo não recuperável;
- Nota 9 – Depreciação;
- Nota 11 – Provisões;
- Nota 18 – Imposto de Renda e Contribuição Social;
- Nota 15 – Receita Não Faturada.

### 2.5. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, com possíveis impactos para a Companhia

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício:

- Alterações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação – oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 – incluem diversas alterações a uma série de IFRSs, resumidas a seguir:

As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de “mantido para venda” para “mantido para distribuição para titulares” (ou vice-versa);

As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

### 2.6. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.
- Em relação ao impairment de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada na IAS 39/CPC 38.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Consumidores – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com Consumidores. A IFRS 15 substituiu as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda está avaliando os impactos que estas novas normas e alterações de normas existentes terão sobre os valores e divulgações apresentados nas suas Demonstrações Financeiras.

### 2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras, em conformidade com as normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

#### a) Concessionárias e Permissonárias

As contas a receber de Consumidores são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

A Companhia efetua análise individual dos saldos em atraso a fim de avaliar a necessidade de reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

#### b) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. Nos casos em que não há indenização no final da concessão aos ativos da Companhia, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Financeiras.

#### c) Redução ao valor recuperável

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

#### d) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

#### e) Receita

As receitas de suprimento e fornecimento de energia são contabilizadas com base na disponibilidade da infraestrutura (energia assegurada) e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

#### f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

#### g) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Bancos conta movimento.....	301	313
Aplicações Financeiras.....		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs.....	1.014	1.526
Overnight.....	5.024	4.338
<b>TOTAL.....</b>	<b>6.339</b>	<b>6.177</b>

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou entre 50% a 105,25%, ao mês, em 2016 (90% a 108% em 2015) conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de, aproximadamente, 13,64% (entre 14,13% e 14,14% em 2015) e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016			2015		
	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total
Certificados de depósitos bancários.....	445	–	445	4.724	–	4.724
Letras Financeiras Bancos.....	9.889	191	10.080	15.307	555	15.862
Letras Financeiras do Tesouro.....	2.620	–	2.620	3.108	–	3.108
Debêntures.....	987	435	1.422	5.331	–	5.331
Outros.....	–	–	–	7	7	7
<b>TOTAL.....</b>	<b>13.941</b>	<b>626</b>	<b>14.567</b>	<b>28.470</b>	<b>562</b>	<b>29.032</b>

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras.

Os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variou entre 100,5% a 105,25% em 2016 (entre 75% e 105% em 2015) conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira

### 9. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	2016		2015		
			Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<b>Em Serviço.....</b>		<b>58.398</b>	<b>(26.377)</b>	<b>32.021</b>	<b>57.734</b>	<b>(23.069)</b>	<b>34.665</b>
Terenos, O. Cívico, Benfeitorias e Edificações ..	4,97	3.715	(1.456)	2.259	3.714	(1.271)	2.443
Reservatórios, Barragens e Aduanas ..	6,04	37.226	(16.933)	20.293	37.226	(14.684)	22.542
Máquinas e Equipamentos ..	5,10	17.430	(7.966)	9.464	16.768	(7.094)	9.674
Veículos.....	14,29	16	(11)	5	15	(9)	6
Móveis Utensílios.....		11	(11)	–	11	(11)	–
<b>Em Curso.....</b>		<b>1.517</b>	<b>–</b>	<b>1.517</b>	<b>705</b>	<b>–</b>	<b>705</b>
<b>Total.....</b>		<b>59.915</b>	<b>(26.377)</b>	<b>33.538</b>	<b>58.439</b>	<b>(23.069)</b>	<b>35.370</b>

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Saldo em 2015	2016			2015		
		Adições	Baixas e Alienações	Transferências	Depreciação	Saldo em 2016	
<b>Em Serviço.....</b>	<b>34.665</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>662</b>	<b>(3.306)</b>	<b>32.021</b>	
Terenos, O. Cívico, Benfeitorias e Edificações ..	2.443	–	–	–	(185)	2.258	
Reservatórios, Barragens e Aduanas ..	22.542	–	–	–	(2.248)	20.294	
Máquinas e Equipamentos ..	9.674	–	–	662	(872)	9.464	
Veículos.....	6	–	–	–	(1)	5	
Móveis Utensílios.....	–	–	–	–	–	–	
<b>Em Curso.....</b>	<b>705</b>	<b>1.474</b>	<b>–</b>	<b>(662)</b>	<b>–</b>	<b>1.517</b>	
<b>Total.....</b>	<b>35.370</b>	<b>1.474</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(3.306)</b>	<b>33.538</b>	

A companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados.

Os Ativos Imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. A taxa média de depreciação anual é de 5,68% (6,00% em 2015).

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da ANEEL para desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

### 10. FORNECEDORES

	2016	2015
Operação e Manutenção de Usina.....	890	850
Encargos de Uso de Energia Elétrica.....	25	15
Suprimento de Energia Elétrica.....	1.001	1.127
Outros.....	4	5
<b>Total.....</b>	<b>1.920</b>	<b>1.997</b>

A Companhia reconhece obrigações provenientes de contratos com a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”). Vide Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Financeiras.

da Horizontes Energia possuem taxa de remuneração que variou entre 104,25% a 112,7% em 2016 (entre 105% e 116,7% em 2015) do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento Exclusivo da Cemig possuem taxa de remuneração que variou entre 104,25% a 113% em 2016 (entre 105,4% a 113% em 2015) do CDI.

### 5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				2016	2015
Industrial.....	1.780	–	18.940	20.720	21.308
Suprimento.....	–	203	–	203	–
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	–	–	(17.569)	(17.569)	(17.569)
<b>Total.....</b>	<b>1.780</b>	<b>203</b>	<b>1.371</b>	<b>3.354</b>	<b>3.739</b>

A Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para absorver eventuais perdas na realização destas contas a receber.

### 6. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	2016	2015
Obrigações Fiscais PIS/COFINS.....	1.131	1.013
<b>TOTAL.....</b>	<b>1.131</b>	<b>1.013</b>

Os saldos de Depósitos Vinculados a Litígios relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Tributos – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Financeiras.

### 7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2016	2015
Circulante ICMS a recuperar.....	35	18
<b>TOTAL.....</b>	<b>35</b>	<b>18</b>

### 8. INVESTIMENTOS

Em 19 de julho de 2007, a ANEEL, por meio do ofício nº 1.488/2007 – SFP/ANEEL, autorizou a classificação dos ativos da usina Salto do Paraopeba na rubrica investimento e suspensão da depreciação do ativo em função do problema do assoreamento desta. Com intuito de dar prosseguimento ao interesse de ampliar a potência instalada da PCH Salto do Paraopeba, a Horizontes Energia encaminhou o projeto básico do empreendimento para ANEEL com tabela de Revisão de aproveitamentos. Esse projeto encontra-se em fase de análise de viabilidade econômica.

Em função da questão mencionada no parágrafo anterior, a Companhia fez uma provisão, nos anos de 2012, 2014 e 2015, no valor de R\$7.353, referente aos ativos que não serão recuperados e/ou reutilizados quando da ampliação da Usina Salto do Paraopeba.

	2016	2015
Usina Salto do Paraopeba.....	8.360	8.360
(-) Provisão para redução ao valor recuperável.....	(7.353)	(7.353)
(-) Depreciação Acumulada.....	(1.007)	(1.007)
<b>TOTAL.....</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	2016		2015		
			Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<b>Em Serviço.....</b>		<b>58.398</b>	<b>(26.377)</b>	<b>32.021</b>	<b>57.734</b>	<b>(23.069)</b>	<b>34.665</b>
Terenos, O. Cívico, Benfeitorias e Edificações ..	4,97	3.715	(1.456)	2.259	3.714	(1.271)	2.443
Reservatórios, Barragens e Aduanas ..	6,04	37.226	(16.933)	20.293	37.226	(14.684)	22.542
Máquinas e Equipamentos ..	5,10	17.430	(7.966)	9.464	16.768	(7.094)	9.674
Veículos.....	14,29	16	(11)	5	15	(9)	6
Móveis Utensílios.....		11	(11)	–	11	(11)	–
<b>Em Curso.....</b>		<b>1.517</b>	<b>–</b>	<b>1,517</b>	<b>705</b>	<b>–</b>	<b>705</b>
<b>Total.....</b>		<b>59.915</b>	<b>(26.377)</b>	<b>33.538</b>	<b>58.439</b>	<b>(23.069)</b>	<b>35.370</b>

### 11. PROVISÕES

A Companhia é parte em ações trabalhistas movidas por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$195 (R\$172 em 2015), e não foi constituída provisão em decorrência da avaliação da probabilidade de perda ser possível, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos.

### 12. TRIBUTOS

#### a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2016	2015
<b>Circulante</b>		
PASEP.....	12	11
COFINS.....	56	51
ICMS.....	297	351
INSS.....	15	103
Outros.....	25	106
<b>Total Circulante.....</b>	<b>405</b>	<b>622</b>
<b>Não Circulante</b>		
PASEP.....	203	182
COFINS.....	936	840
<b>Total Não Circulante.....</b>	<b>1.139</b>	<b>1.022</b>

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 04.451.926/0001-54  
Belo Horizonte - MG

# Horizontes Energia S.A.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

**b) Imposto de Renda e Contribuição Social**

	2016	2015
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda.....	80	97
Contribuição Social.....	125	199
<b>Total</b> .....	<b>205</b>	<b>296</b>

**13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

	2016	2015
Imposto de Renda.....	287	816
Contribuição Social.....	103	294
<b>Total</b> .....	<b>390</b>	<b>1.110</b>

**14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

Em 30 de março de 2016, os acionistas deliberaram em Assembleia Geral Extraordinária a redução de R\$25.000 no Capital Social da Companhia, passando de R\$64.258 para R\$39.258, e, conseqüente, redução do número de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, passando de 64.257.563 (Sessenta e quatro milhões, duzentos cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e três) para 39.257.563 (Trinta e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e sessenta e três)

Em 31 de dezembro de 2016, o Capital Social da Companhia era representado por 39.257.563 (Trinta e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e sessenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG. Cada ação dá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

**b) Reservas de lucros**

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2016	2015
<b>Reservas de Lucros</b>		
Reserva Legal.....	4.902	4.371
Reserva de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos).....	7.563	1.910
<b>Total</b> .....	<b>12.465</b>	<b>6.281</b>

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$561 de Reserva Legal em 2016, correspondente a 5,00% do lucro apurado no exercício.

A Companhia registrou na conta Reservas de Lucros os dividendos propostos pela Administração que excederam aos dividendos mínimos obrigatórios, previstos no Estatuto Social, no exercício de 2016, no valor de R\$7.563, que serão distribuídos quando da aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

**c) Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de dividendos.

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2017 que, ao resultado do exercício de 2016, no montante de R\$10.615 seja dada a seguinte destinação:

**Destinação do Resultado de 2016 – Proposta da Administração**

- R\$531 mil correspondente a 5,00% do lucro líquido do exercício seja utilizado na constituição da Reserva Legal;
- R\$2.521 mil referentes a dividendos mínimos obrigatório e;
- R\$7.563 mil para pagamento de dividendos adicionais.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2016	2015
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
Resultado do Exercício.....	10.615	5.795
(-) Constituição da Reserva Legal.....	(531)	(290)
Resultado do Exercício Ajustado.....	10.084	5.505
Valor dos Dividendos Mínimos Obrigatórios (25% do Resultado do Exercício Ajustado).....	2.521	1.376
<b>Dividendos Propostos</b>		
Dividendos Intermediários.....	-	3.595
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25% do Resultado do Exercício Ajustado).....	2.521	-
Dividendos Adicionais referentes ao exercício.....	7.563	1.910
<b>Total dos dividendos propostos</b> .....	<b>10.084</b>	<b>5.505</b>
<b>Valor Líquido excedente ao Dividendo mínimo obrigatório</b> .....	<b>7.563</b>	<b>4.129</b>

**15. RECEITA**

	2016	2015
Fornecimento Bruto de Energia elétrica <sup>(a)</sup> .....	14.108	23.372
Suprimento Bruto de Energia elétrica <sup>(a)</sup> .....	6.337	-
Transações com Energia na CCEE.....	127	-
	<b>20.572</b>	<b>23.372</b>
Deduções à Receita Operacional <sup>(b)</sup> .....	(3.983)	(5.046)
<b>Receita Operacional Líquida</b> .....	<b>16.589</b>	<b>18.326</b>

**a) Receita Bruta de Energia Elétrica**

Classe de Consumidor	Nº de Consumidores (não auditado)		MWh (não auditado)		RS mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Industrial.....	1	2	9.049	35.259	3.282	10.545
Comercial.....	3	3	28.551	39.588	10.742	12.567
Fornecimento Não Faturado.....	-	-	-	-	84	260
Outras Concessionárias.....	2	-	34.657	-	6.337	-
Liquidação na CCEE.....	-	-	373	-	127	-
<b>Total</b> .....	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>72.630</b>	<b>74.847</b>	<b>20.572</b>	<b>23.372</b>

**b) Deduções à Receita Operacional**

	2016	2015
ICMS.....	3.195	4.160
COFINS.....	617	701
PASEP.....	134	152
Taxa Fiscalização Serviço Energia.....	37	33
<b>Total</b> .....	<b>3.983</b>	<b>5.046</b>

**16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2016	2015
IMateriais.....	54	35
Serviços de Terceiros (a).....	4.069	3.947
Energia Elétrica Comprada para Revenda.....	715	5.047
Depreciação.....	3.306	3.376
Encargos de Distribuição.....	81	72
Provisões Operacionais.....	-	2.247
Outras Despesas Operacionais.....	85	118
<b>TOTAL</b> .....	<b>8.310</b>	<b>14.842</b>

**a) Serviços de Terceiros**

	2016	2015
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos.....	3.126	2.787
Meio Ambiente.....	527	551
Conservação e Limpeza de Prédios e Vila de Operadores.....	132	122
Outros.....	284	487
<b>Total</b> .....	<b>4.069</b>	<b>3.947</b>

**17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	2016	2015
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro.....	4.479	4.372
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia.....	1	188
Outras.....	1	8
<b>Total</b> .....	<b>4.481</b>	<b>4.568</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Multas.....	(7)	(6)
Outras despesas financeiras.....	(5)	(2)
	(12)	(8)
<b>Resultado Financeiro</b> .....	<b>4.469</b>	<b>4.560</b>

**18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	2016	
	Imposto Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica.....	20.572	20.572
Percentual de Presunção.....	8%	12%
	1.646	2.469
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações.....	6.597	6.597
Outras Receitas Financeiras.....	2	2
Base de Cálculo – Lucro Presumido.....	8.245	9.068
Alíquota 15% IR e 9% CSLL.....	1.237	816
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240).....	800	-
IR e CS - Lucro Presumido.....	<b>2.037</b>	<b>816</b>
Valor de IR e CS Diferidos sobre rendas não resgatadas.....	(2.118)	(2.118)
Rendas não resgatadas.....	25%	9%
Alíquota.....	(529)	(191)
IRPJ e CSLL Diferidos Ano 2016.....	<b>1.508</b>	<b>625</b>
<b>Corrente</b> .....	<b>(2.037)</b>	<b>(816)</b>
<b>Diferido</b> .....	<b>529</b>	<b>191</b>

	2015	
	Imposto Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica.....	23.372	23.372
Percentual de Presunção.....	8%	12%
	1.870	2.805
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações.....	2.736	2.736
Outras Receitas Financeiras.....	196	196
Base de Cálculo – Lucro Presumido.....	4.802	4.802
Alíquota 15% IR e 9% CSLL.....	720	517
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240).....	456	-
IR e CS - Lucro Presumido.....	<b>1.176</b>	<b>517</b>
Valor de IR e CS Diferidos sobre rendas não resgatadas.....	-	-
Rendas não resgatadas.....	1.636	1.636
Alíquota.....	25%	9%
IRPJ e CSLL Diferidos Ano 2015.....	409	147
IR e CS - Lucro Presumido.....	<b>1.585</b>	<b>664</b>
<b>Corrente</b> .....	<b>(1.176)</b>	<b>(517)</b>
<b>Diferido</b> .....	<b>(409)</b>	<b>(147)</b>

	2015	
	Imposto Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica.....	23.372	23.372
Percentual de Presunção.....	8%	12%
	1.870	2.805
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações.....	2.736	2.736
Outras Receitas Financeiras.....	196	196
Base de Cálculo – Lucro Presumido.....	4.802	4.802
Alíquota 15% IR e 9% CSLL.....	720	517
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240).....	456	-
IR e CS - Lucro Presumido.....	<b>1.176</b>	<b>517</b>
Valor de IR e CS Diferidos sobre rendas não resgatadas.....	-	-
Rendas não resgatadas.....	1.636	1.636
Alíquota.....	25%	9%
IRPJ e CSLL Diferidos Ano 2015.....	409	147
IR e CS - Lucro Presumido.....	<b>1.585</b>	<b>664</b>
<b>Corrente</b> .....	<b>(1.176)</b>	<b>(517)</b>
<b>Diferido</b> .....	<b>(409)</b>	<b>(147)</b>

	2015	
	Imposto Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica.....	23.372	23.372
Percentual de Presunção.....	8%	12%
	1.870	2.805
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações.....	2.736	2.736
Outras Receitas Financeiras.....	196	196
Base de Cálculo – Lucro Presumido.....	4.802	4.802
Alíquota 15% IR e 9% CSLL.....	720	517
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240).....	456	-
IR e CS - Lucro Presumido.....	<b>1.176</b>	<b>517</b>
Valor de IR e CS Diferidos sobre rendas não resgatadas.....	-	-
Rendas não resgatadas.....	1.636	1.636
Alíquota.....	25%	9%
IRPJ e CSLL Diferidos Ano 2015.....	409	147
IR e CS - Lucro Presumido.....	<b>1.585</b>	<b>664</b>
<b>Corrente</b> .....	<b>(1.176)</b>	<b>(517)</b>
<b>Diferido</b> .....	<b>(409)</b>	<b>(147)</b>

	2015	
	Imposto Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica.....	23.372	23.372
Percentual de Presunção.....	8%	12%
	1.870	2.805
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações.....	2.736	2.736
Outras Receitas Financeiras.....	196	196
Base de Cálculo – Lucro Presumido.....	4.802	4.802
Alíquota 15% IR e 9% CSLL.....	720	517
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240).....	456	-
IR e CS - Lucro Presumido.....	<b>1.176</b>	<b>517</b>
Valor de IR e CS Diferidos sobre rendas não resgatadas.....	-	-
Rendas não resgatadas.....	1.636	1.636
Alíquota.....	25%	9%
IRPJ e CSLL Diferidos Ano 2015.....	409	147
IR e CS - Lucro Presumido.....	<b>1.585</b>	<b>664</b>
<b>Corrente</b> .....	<b>(1.176)</b>	<b>(517)</b>
<b>Diferido</b> .....	<b>(409)</b>	<b>(147)</b>

**19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>EMPRESAS</b>								
<b>Outras partes relacionadas</b>								
<b>Cemig GT Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica <sup>(1)</sup> .....	-	-	652	-	-	-	-	-
Prestação de Serviços <sup>(2)</sup> .....	-	-	106	-	-	-	(1.460)	(916)
<b>Cemig PCH Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica <sup>(1)</sup> .....	966	-	-	-	5.294	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

<sup>(1)</sup> As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);

<sup>(2)</sup> Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina.

**Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha**

A Horizontes aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários"

no ativo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2016, proporcionalmente à participação da Companhia no Fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2016 Horizontes 1.06%	31/12/2015 Horizontes 2.51%
Axxiom	Debêntures	109% do CDI	29/01/2017	61	285
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	-	1.252
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	116	272
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	555	1.344
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	-	546
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	-	683
ETAU	Debêntures	108% do CDI	01/12/2019	108	253
Brasnorte	Debêntures	108% do CDI	22/06/2016	-	71
Cemig GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	105	-
Cemig GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	99	-
				<b>1.044</b>	<b>4.706</b>

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador.

**20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Concessionárias e Permissionárias, Depósitos Judiciais e Cauções, e Fornecedores; sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.</

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 04.451.926/0001-54  
Belo Horizonte - MG

# Horizontes Energia S.A.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, no exercício em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

### 21. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer

qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

### Resumo dos instrumentos mensurados pelo seu valor justo:

Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo em 31 de dezembro de 2016	
	Saldo em 2016	em 31 de dezembro de 2016
	Mercado Ativo - Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo - Técnica de Avaliação (Nível 2)
Certificados de Depósitos Bancários .....	445	445
Letras Financeiras - Bancos (LFs) .....	9.834	9.834
Letras Financeiras do Tesouro .....	2.620	2.620
Debêntures .....	988	988
	<b>13.887</b>	<b>11.267</b>

### 22. SEGUROS

A Companhia não possui seguro vigente em 31 de dezembro de 2016 visando cobrir riscos ou perdas decorrentes de incêndio e danos elétricos e operacionais aos seus equipamentos de geração de energia.

\*\*\*\*\*

Franklin Moreira Gonçalves Diretor-Presidente	
Dimas Costa Diretor	Márcio José Peres Diretor
Leonardo George de Magalhães Superintendente de Controladoria CRC-MG 53.140	Leonardo Felipe Mesquita Gerente de Contabilidade Contador - CRC-MG 85.260

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Horizontes Energia S.A.  
Belo Horizonte - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Horizontes Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base

no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 8 de junho de 2017.

## Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador  
Contador  
CRC 1MG 089.422/O-0